



João Paulo Silva

A pesca de Cabo Verde em perspectiva histórica

Como antropólogo vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais venho estudando com a pesca artesanal de Cabo Verde desde 2015, quando residi na cidade da Praia por 5 meses, participando de um programa de intercâmbio da fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

De lá pra cá publiquei um livro sobre o tema e com a produtora brasileira Primata Filmes produzimos um documentário sobre os pescadores de Porto Inglês, na ilha do Maio.

Após essas primeiras etapas da pesquisa ingressei no doutorado e voltei a Cabo Verde onde estou há mais de um ano, outra vez como bolsista da CAPES e agora vinculado à Universidade de Santiago.

Sob a supervisão dos professores Nardi Sousa e Pedro Matos tenho trabalhado o tema da pesca do arquipélago em perspectiva histórica e realizado pesquisa de campo junto aos pescadores de Tarrafal de Santiago, comunidade com a qual também estamos, eu e o artista caboverdiano César Schofield, produzindo um filme-documentário.

Da pesquisa histórica que tenho realizado sobre as pescas emergiram duas frentes de exploração do pescado das ilhas que são, em larga medida, antagônicas entre si.

A primeira e mais antiga dessas frentes é aquela que deu origem às dezenas de comunidades de pesca artesanal do arquipélago e que possuem na pesca de linha de mão em botes boca aberta sua expressão mais relevante.

Atréada ao universo camponês, tenho observado essa frente popular de apropriação do pescado como uma atividade potencialmente ecológica e com uma produção toda voltada para o mercado interno.

Com o aumento do preço do peixe das últimas décadas, também são os pescadores artesanais que, atuando nas zonas periféricas

e nas vilas do interior, continuam a garantir o acesso das classes populares das ilhas ao rico pescado do país.

A outra frente de exploração do pescado que identifiquei é aquela que se forma para, basicamente, enviar o pescado do arquipélago para o estrangeiro e que tem nos acordos internacionais de pesca sua expressão mais contundente.

Essa é uma frente de exploração cujos sinais de sua constituição vão aparecer na primeira metade do século XIX, período em que a administração colonial tenta, aparentemente sem sucesso, constituir companhias de pesca no arquipélago. Dentre outras curiosidades, os estatutos dessas companhias previam chibatadas e prisões aos pescadores cujas condutas fossem julgadas impróprias.

É somente quase um século depois, porém, que essa frente se materializa quando, por volta da década de 1930, começam a ser instaladas nas ilhas as primeiras fábricas de conserva de pescado. Essas fábricas são tão significativas que na década de 1950 o pescado aparece figurando como o principal produto de exportação do arquipélago.

O curioso é que se pouco encontrei na documentação histórica sobre a frente ligada à base camponesa, sobre a segunda há farto material.

Principalmente no extinto Boletim de Propaganda e Informação, encontrei textos muito elogiosos a essas fábricas, como também o livro de Mario Secca de 1945 apresenta um bom panorama dessa exploração.

Esse é o padrão da documentação até 1975, pois com a chegada da independência ocorre algo extraordinário.

É somente a partir da criação de instituições estatais como a SCAPA e a Secretaria Nacional das Pescas que os atores locais da pesca surgem na história. E não é que eles fossem insignificantes até então,

eles eram simplesmente considerados "primitivos" pela administração colonial.

A independência também é o momento em que o pescado cresce como um ativo importante para o estado que passa a financiar o surgimento de uma indústria semi-industrial de pesca que irá se constituir em uma terceira frente de exploração do pescado nas ilhas.

Refletindo essa salutar mudança de conjuntura política, o governo do partido único realiza na cidade da Praia, em 1985, o primeiro Encontro Nacional das Pescas cuja data de abertura, 5 de fevereiro, será escolhida para comemorar o dia nacional do pescador.

Para as comunidades pesqueiras, esse é um momento importante que se desdobra em um panorama de reconhecimento social, mas que também vai coincidir com o fim do ciclo de troca do peixe por milho, feijão e outros produtos, já que o pescado é incorporado no sistema de trocas monetárias que ganha força com a independência.

Esse também é o tempo da substituição dos remos pelos motores de popa e de um período de assistências governamentais que por meio de projetos de cooperação como o projeto PIN (projeto alemão) e SUD (projeto italiano) instalados na ilha do Maio fazem os pescadores se sentirem participantes da construção de um novo tempo no arquipélago.

E nesse ponto creio que temos algumas questões muito delicadas. Ficou muito claro para mim que o partido único tinha a intenção de criar uma indústria nacional que fosse capaz de explorar de maneira eficiente o pescado dos mares do arquipélago e que essa exploração alavancasse o desenvolvimento das ilhas. Analisando a documentação histórica e convivendo com os pescadores, tento refletir sobre as consequências desse plano ter falhado.

Com a ratificação da convenção dos oceanos da ONU pelo governo caboverdiano em 1987 há duas con-

seqüências muito imediatas: delimita-se a zona exclusiva econômica do país, garantindo aos caboverdianos a precedência de sua exploração, ao mesmo em que se criam as bases jurídicas que permitem a negociação do pescado com países estrangeiros.

De uma maneira simples temos o que segue: estabelece-se, por meio de estudos científicos, um teto em toneladas que deveria ser o limite sustentável de exploração dos mares do país e a partir daí, o que a indústria nacional não consegue explorar, se torna possível negociar o excedente com os estrangeiros.

Como a indústria nacional não chega a sair do papel e como a abertura democrática ocorrida no início da década de 1990 vai coincidir com um forte processo de liberalização da economia, surgem também nessa época os primeiros acordos de pesca com a União Europeia e outros que perduram até o presente.

Como fartamente demonstra a literatura antropológica sobre a atividade pesqueira, onde quer que tenham atuado essas grandes embarcações de pesca industrial se produziu uma verdadeira catástrofe social e ambiental.

Esse tema não é novo e muito menos restrito à Cabo Verde. Nesse sentido, é muito simbólico que as pírogas senegalesas que antes eram barcos de pesca, estejam sendo utilizadas para emigrar.

E aqui temos uma questão importante. De um lado há uma imensa rede de exploração local de pescado que afirma de maneira categórica a relação desses acordos com uma diminuição brusca do pescado das ilhas.

De outro temos os representantes das instituições estatais que fazem a gestão estatal do pescado e que negam essa relação, colocando todo o peso dessa diminuição nas mudanças climáticas. Diante desse impasse, convido-os a uma reflexão: por onde anda, afinal, o pescado farto de outros tempos?

Com o aumento do preço do peixe das últimas décadas, também são os pescadores artesanais que, atuando nas zonas periféricas e nas vilas do interior, continuam a garantir o acesso das classes populares das ilhas ao rico pescado do país.